

PAPEL DA GEOGRAFIA TRADICIONAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLA

Vânia Rubia Farias Vlach*

Não obstante inúmeros esforços e tentativas diferenciadas no sentido de se implantar, nas escolas de primeiro e segundo grau (deveríamos acrescentar as de terceiro grau), o ensino de uma Geografia cujo ponto de partida é exatamente a sociedade moderna em que vivemos (e, certamente, que construímos cotidianamente), ou, em outras palavras, as relações sociais que os homens estabeleceram/estabelecem entre si e com a natureza, o que se constata é o predomínio, **ainda**, da Geografia Tradicional na rede escolar.

É esse peso da Geografia Tradicional que nos leva, mais uma vez, a discuti-la, pois verificamos que parte das dificuldades enfrentadas pela (s) Geografia (s) Crítica (s) – é assim que denominamos a Geografia comprometida com o entendimento do espaço que os homens produziram/produzem/reproduzem e organizam/reorganizam, na sociedade moderna que engendraram, particularmente nas últimas décadas – advém do fato de que a maioria dos profissionais desconhece o contexto histórico, por conseguinte epistemológico e político, em que emergiu e se consolidou a Geografia cujo ponto de partida é a **terra**, hoje mais conhecida como Geografia Tradicional.

Assim, transcorrido mais de um século, é o paradigma da Geografia Tradicional que encontramos na sala de aula, nos livros didáticos, nas sugestões de conteúdos programáticos, geralmente elaboradas por órgãos ligados ao Estado ... e na base das reclamações dos alunos, que não entendem o que faz essa disciplina na grande curricular. Seu desinteresse pode ser facilmente entendido se explicitarmos que tal paradigma consiste na sequência **quadro natural-população-economia**; em que o mundo é descrito de maneira compartimentada, e cujos traços mais importantes continuam sendo, provavelmente, a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana e a questão determinismo versus possibilismo (que até hoje dificultam o avanço de nossa ciência).

Indiscutivelmente, na sociedade moderna que os homens engendraram a partir das relações que estabeleceram entre si e com a natureza – as quais não se limitam à transformação da natureza, nem podem ser confundidas com as relações homem-meio, tal paradigma não tem mais razão de ser. Entretanto, ele continua marcando a prática da Geografia na instituição escola!

É nesse sentido que entendemos necessário avaliar o papel da Geografia Tradicional na escola, o que nos leva a considerar, inicialmente, o significado do ensino de Geografia na sociedade moderna, inaugurada com a constituição e consolidação do capitalismo pós Revolução Industrial.

* Universidade Federal de Uberlândia
Departamento de Geografia
Brasil

A Geografia, enquanto mais uma ciência moderna que emergiu no seio da sociedade europeia do século XIX, expressa uma verdadeira singularidade: suas raízes encontram-se na escola, pois ela fazia parte das disciplinas aí presentes, na medida em que inculcava nas crianças e adolescentes a **ideologia do nacionalismo patriótico**, de decisiva importância na constituição dos Estados-nações europeus de maneira geral, e de maneira particular do Estado-nação alemão, onde surgiu a Geografia moderna.

Cumprido, pois, indagar: que Geografia foi essa que contribuiu para a constituição de um Estado-nação nas unidades políticas fragmentadas do **Reich** pós-medieval? Ou então, em outras palavras, quais são as relações entre o político, o epistemológico e o pedagógico, entendendo-se por político, o epistemológico e o pedagógico, entendendo-se por político a forma de ordenamento político-territorial construída pela burguesia (o **Estado-nação**), por epistemológico o contexto em que emergiram as ciências modernas (o **positivismo**) e por pedagógico a consolidação da educação das crianças através de escolas disseminadas pelo território (a **rede de escolas públicas**), tudo isso ocorrendo ao mesmo tempo? É necessário enfatizar que, se esse processo caracterizava a Europa Ocidental do século XIX, revestia-se de traços específicos na Prússia, onde irrompeu primeiro a Geografia moderna, como é de conhecimento geral.

Tal Geografia moderna, hoje mais conhecida como Geografia Tradicional, não colocou em questão seus próprios fundamentos, nem os relacionou com o tempo e o lugar de sua origem. Dessa maneira, a descrição compartimentada do quadro natural, da população e da economia não só se impôs como paradigma, como isentou a Geografia de quaisquer relações com o político, com o econômico, etc., nos termos da mais absoluta neutralidade científica.

A nosso ver, as principais limitações da Geografia Tradicional derivam dessa ausência de reflexão a respeito do contexto político-epistemológico em que aflorou, o que conduziu a uma abordagem dos elementos naturais em si mesmo, como se a localização e a descrição da natureza não tivessem um significado específico para a sociedade moderna, qual seja o de algo que não era mais pura contemplação do universo, mas algo que, em primeiro lugar, vinha sendo instrumentalizado pelos homens.

Falamos em **instrumentalização da natureza** no sentido de que, pela primeira vez na história da civilização humana, a natureza foi colocada, pela sociedade moderna que se edificava desde a virada do século XV para o século XVI, como questão fundamental. Fundamental porque ela era a condição objetiva de possibilidade de edificação de uma sociedade que se apoiou em dois “motores”: o capital e a razão, os quais, no século XIX, haviam transformado a natureza como mero recurso a ser apropriado pelos homens.

Ora, na medida em que a sociedade moderna se traduziu, principalmente do ponto de vista do econômico, como o mundo do (e para o) capital, isso significa que uma

classe social – a burguesia – definiu como se daria (e se deu) essa apropriação. Entretanto, talvez mais importante do que a apropriação da natureza como recurso, a serviço, de determinados interesses do processo produtivo comandado pela indústria, seja o fato de que o desenvolvimento então obtido pelas diversas ciências naturais traduziu, muito claramente, a possibilidade objetiva de **dominação da natureza**, uma vez que suas leis, seus mecanismos de funcionamento estavam sendo conhecidos. Acreditamos ser possível afirmar que, pela primeira vez, a burguesia industrial realizava o velho sonho de R. Descartes de fazer os homens **amos e donos da natureza**. E óbvio que tal dominação se fazia nos limites da sociedade, isto é, o grau de dominação da natureza pelos homens sempre depende de suas condições históricas.

Assim, em relação ao século XIX, é forçoso reconhecer que o conhecimento científico dos homens a respeito dos fenômenos naturais permitia-lhes ir muito além da mera transformação da natureza, certamente algo que os homens fizeram, de diferentes maneiras e com intensidades muito variáveis, desde que surgiram na superfície do planeta, até mesmo quando seu relacionamento com a natureza aconteceu de maneira dependente. Ao falarmos, pois, em dominação da natureza estamos nos referindo à possibilidade objetiva de usá-la segundo interesses econômicos, definidos politicamente pelos homens, e através do emprego de uma tecnologia que se vale do conhecimento de suas leis. Ou seja, a transformação da natureza ganha outra dimensão: a de um **objeto**, manipulado e manipulável segundo os interesses da classe social dominante; daí **dominação da natureza**.

Estranhamente, a Geografia Tradicional passou por cima de toda essa discussão. Por que? Podemos afirmar que isso ocorreu, pelo menos em grande parte, como decorrência da posição de neutralidade que assumiu. Mas é preciso que registremos o seguinte: seus estudiosos não ignoraram as relações entre ciência e política pura e simplesmente; contudo, não as “trabalharam”, como podemos verificar no excerto abaixo, de autoria de Alexandre von Humboldt, aclamado por unanimidade como um dos “pais” da Geografia, extraído de seu famoso **Cosmo**:
Do mesmo modo que, nas elevadas esferas do pensamento e do sentimento, na filosofia, poesia e belas artes, é o primeiro fim de todo estudo um objeto interior, o de ampliar e fecundar a inteligência, é também o fim em torno do qual devem tender as ciências diretamente, o descobrimento das leis, do princípio de unidade que se revela na vida universal da natureza. Seguindo a senda que acabamos de traçar, os estudos físicos não serão menos úteis aos progressos da indústria, que também é uma nobre conquista da inteligência do homem sobre a matéria. Por uma feliz conexão de causas e efeitos, ainda que o homem geralmente não haja previsto, o belo e o bom se encontram unidos ao útil. A melhoria dos cultivos entregues á mãos livres e em propriedades de menor extensão; o estado florescente das artes mecânicas, livres das travas que lhes impunha o espírito de corporação; o comércio engrandecido e vivificado pela multiplicidade dos meios de contato entre os povos, tais são os resultados gloriosos dos progressos intelectuais e do aperfeiçoamento das instituições políticas nas quais este

progresso se reflete. O quadro da história moderna é, sob este aspecto, capaz de convencer os mais exigentes.

Nesse pequeno excerto, podemos identificar plenamente as características do século XIX, de uma maneira geral, e os traços de seu projeto científico, indubitavelmente no centro das determinações políticas e econômicas de então. Quais seriam esses traços?

De uma maneira bastante resumida, podemos apresentá-los como segue:

racionalidade, no sentido de que os meios se adaptam aos fins e os justificam, e o fim último é a obtenção de riqueza material, isto é, a acumulação do capital; por conseguinte, sua reprodução ampliada era o que definia a direção das relações dos homens entre si, e deles com a natureza, as quais eram mediadas pela razão; **dominação da natureza** que, como afirmamos anteriormente, fez dela um objeto cuja manipulação a reduziu à situação de recurso apropriado pelos homens, bem como fez dela o instrumento através do qual a burguesia industrial passou a dominar os outros homens, as outras classes sociais, de maneira que a razão não só instrumentalizou a natureza, mas também a sociedade;

significado do conhecimento científico, que se contrapôs à religião, e a substituiu, tornando possíveis a racionalidade e a dominação da natureza e da sociedade;

crença no progresso, pois a racionalidade e a dominação que ela enceta permitem que a sociedade moderna atinja o mais elevado grau do desenvolvimento material da civilização humana, desde que os homens surgiram à superfície do planeta.

Esse conjunto de características se faz presente na obra de Alexander von Humboldt, conforme o excerto aclara. Assim, tratase de chamar a atenção para o fato de que esse autor, como os demais que produziram (ou produzem) Geografia Tradicional, não trabalhou/não trabalharam (ou não trabalham) o político no interior de suas obras. Político no sentido de clareza de que os homens são, antes de mais nada, seres políticos – essa é sua essência! -, o que acaba exigindo definição de posições frente aos desafios da sociedade ... E uma das posições – a de neutralidade – já estava posta em suas obras, e impregnava todo o ambiente intelectual daquela época, tanto assim que não foi difícil introduzi-la como marca registrada na e da Universidade de Berlim (1806-1810), protótipo das demais universidades construídas posteriormente, inclusive nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, é preciso ponderar que, tendo definido como paradigma a abordagem do quadro natural, da população e da economia, a Geografia Tradicional acabou se ressentindo demasiado diante de um dos impasses do projeto científico do século XIX: o da dicotomia entre o mundo natural e o mundo moral que, nas palavras do grande filósofo Immanuel Kant, se traduziu na distinção entre ciências racionais e ciências experimentais (ou descritivas).

Na medida em que o positivismo entendeu que o mundo natural e o mundo moral derivam de uma única e mesma substância, defendeu que um único método

científico permitiria trabalhar os dois grupos de ciências, isto é, não aceitou que as ciências humanas possuem especificidades tais que requerem um método próprio. Essa questão se revelou mais grave na Geografia, dado que ela trabalha sociedade e natureza, natureza e sociedade ... de maneira pretensiosa, na acepção de que pretende fazer a ela se defrontou (e se defronta) com um outro obstáculo poderoso no século XIX pois, ao se institucionalizar como mais uma das ciências modernas, a divisão do trabalho intelectual já havia distribuído os “pedaços” da ciência, de sorte que a Geologia, a História, a Sociologia ocupavam-se da natureza e da sociedade, respectivamente.

Assim, questionava-se a possibilidade de a Geografia tornase mais uma ciência; afinal, ela não tinha um objeto próprio de estudo! De outro lado, entretanto, o seu significado político-pedagógico na instituição escola exigia a formação superior de professores, sem o que a qualidade de ensino não seria mantida, o que colocaria em risco a inculcação da ideologia do nacionalismo patriótico, realizada eficazmente pela Geografia na medida em que suas descrições haviam levado os homens a entenderem o quadro natural como **pátria** e, mais do que isso, havia levado-os a aceitarem a tarefa de trabalharem única e exclusivamente a seu favor, pois o trabalho de todos era a condição indispensável ao progresso da pátria, ambição aceita como “natural” no mundo do capital.

Cumprir registrar, igualmente, que a universidade também inculcava essa ideologia, o que nos leva a acrescentar que, no processo de institucionalização da Geografia como ciência atuaram, simultaneamente, interesses corporativos muito fortes no seio dos geógrafos, bem como por parte dos demais profissionais que reivindicavam a natureza, ou a sociedade como de sua exclusiva “competência”. Sem sombra de dúvida, foi o seu papel político-pedagógico que acabou garantindo-lhe um lugar também na academia. Mas, atenção! Esse lugar é uma decorrência do papel que já havia desempenhado nas escolas elementares, para onde eram levadas praticamente todas as crianças em idade escolar, de forma que podemos afirmar que a Geografia foi um dos mais poderosos instrumentos que a burguesia industrial encontrou em sua luta para conferir **caráter nacional** à escolarização-socialização dos **nascidos**. Nesse sentido, a **precedência do ensino** singulariza a Geografia moderna (ou Tradicional).

A precedência do ensino de Geografia na Prússia, a unidade política de onde partiu o projeto de unificação de todos os alemães sob a forma de um Estado-nação (a exemplo do que já era uma realidade na Inglaterra e na França) adveio exatamente do fato de que, anterior mesmo à constituição de um Estado-nação alemão burguês, a Geografia foi a “ferramenta”, por excelência, desse projeto político definido ainda em meados do século XVIII, quando a Prússia começou a preocupar-se seriamente com a definição de uma política educacional para o reino.

Como decorrência dessa política educacional de caráter nacional, constituiu-se uma rede de escolas públicas em toda a Prússia no início do século XIX, e essa não tardou muito a estender-se pelas demais unidades políticas alemãs

fragmentadas, mercê de sua influência (ou da influência de seu projeto político de constituição do Estado-nação alemão). Essa rede de escolas públicas significava a possibilidade objetiva de imposição da ideologia do nacionalismo patriótico; para tanto, a descrição do quadro natural era essencial pois, através do estudo da terra natal encobriam-se as questões políticas em jogo, e se conseguia transmitir (e inculcar) a idéia de que inexistiam diferenças sociais internas, o que sinalizava para a necessidade de construção do referido Estado-nação.

Entretanto, ainda que seja fundamental a existência de clareza a respeito do contexto histórico a que a Geografia se vincula indelevelmente, entre todos os profissionais que atuam no seu ensino (principalmente), qualquer que seja o grau, é preciso, igualmente, que apontemos possíveis “caminhos” para aqueles que lutam pela superação da Geografia Tradicional na instituição escola. Em primeiro lugar, porque entendemos a escola fundamentalmente enquanto um espaço de trabalho pedagógico onde é possível, apesar de todos os óbices, a realização de uma **contrahegemonia** e, em segundo lugar, porque a Geografia tem importantes contribuições no que tange às complexas transformações que a sociedade contemporânea vivencia, e em meio às quais procura definir novas perspectivas, bem como estratégias que permitam a própria sobrevivência da sociedade humana.

Assim, talvez possamos começar discutindo a seguinte questão: a ideologia do nacionalismo patriótico ainda interessa ao mundo do capital?

Se o nosso ponto de partida é definido pelos atuais impasses da sociedade moderna, para a qual o espaço do capital não mais apresenta fronteiras geográficas (embora admita-se também que esse espaço é finito), certamente tal ideologia está ultrapassada, no sentido de que deixou de ser imprescindível à reprodução ampliada do capital (apesar de não impedi-la, registre-se!). em outras palavras: atualmente, o Estado-nação não é a forma de ordenamento político do território que interessa às classes sociais dominantes; tanto assim que, na Europa, por exemplo, luta-se pela edificação da **Europa 92**, que coloca por terra as fronteiras geográficas entre os 12 países da Comunidade Econômica Européia. Por que isso acontece? Como acontece? A quem esse processo beneficia? Essa são apenas algumas das indagações que o projeto político de unificação européia enseja, e a sua magnitude se amplia consideravelmente quanto acrescentamos que a Alemanha é, novamente, uma só sociedade.

Será que a Geografia Tradicional, preocupada basicamente com a descrição compartimentada do mundo, na qual inclui, sem dúvida, as relações homem-meio – e não as relações entre os homens e entre esses e a natureza -, pode explicar as razões que conduziram a tal processo, cuja “natureza” é política, uma vez que o objetivo da unificação européia é a reconquista de sua hegemonia?

No bojo desse complexo processo, é preciso que a Geografia ofereça elementos que permitam a consideração das relações que os homens estabelecem entre si ao produzirem esse espaço, e que vários Estados-nações não só dificultam a tomada de decisões diante de verdadeiras catástrofes provocadas pelas diferentes

formas de degradação dos elementos naturais, quanto está intimamente relacionada com tais ocorrências, pois foi o seu afã pelo progresso que facilitou a atuação do capital enquanto aquele a quem cabia a apropriação da natureza, reduzida à aceção de mero recurso desde o início da sociedade moderna.

Ora, a questão ambiental também leva à reflexões cuja essência pode ser resumida da seguinte maneira: a capacidade de auto-gestão por parte dos homens, de sorte que o Estado pode ser descartado e substituído por outras relações políticas entre os relações com a natureza, uma vez que se deseja a manutenção da civilização humana à superfície do planeta, como o **movimento verde** não cansa de bradar.

Esse movimento, em sua decidida luta contra a degradação ambiental, luta contra o Estado também, no sentido de que **institui-se** na qualidade de algo que busca construir o político enquanto relação social por excelência, o que confere papel significativo às lutas sociais que se desenrolam na sociedade como um todo, de que o Estado (e os partidos políticos) faz parte, mas não como único pólo do poder (nem como o mais importante). Não há como negar que, qualquer que seja a configuração final da **Europa 92**, as ponderações do **movimento verde** se farão sentir, e acabarão por exercer influências marcantes, dentre as quais podemos destacar a sua compreensão de que a **diversidade** é essencial à manutenção da vida no planeta, o que necessariamente se traduz em termos de natureza e sociedade.

Em termos de natureza, a compreensão de que a Terra não é apenas o planeta onde a vida (sentido amplo) se desenvolve mas, principalmente, a de que o próprio planeta tem vida; em termos de sociedade, a compreensão de que o respeito à diversidade é indispensável ao desenvolvimento cultural, deixam claro que a Geografia deve avançar na direção (ou direções) de uma batalha em prol da emancipação dos homens, da sociedade enfim, o que traduzir-se-á sob uma nova configuração do espaço geográfico, um espaço que, provavelmente, terá de respeitar o direito de as nacionalidades se constituírem enquanto tais; em outras palavras, a **autonomia** que reivindicam poderá transformar-se em realidade, a menos que a opção feita seja a do (auto) extermínio, produto mais significativo dentre todos aqueles tecidos pela razão que o capital instrumentalizou a seu serviço.

Diante dessas (e de outras) questões, a ideologia do nacionalismo patriótico não tem, absolutamente, nenhum papel a desempenhar, tanto assim que, com certa frequência e em diversos lugares do mundo, se propõe a eliminação da Geografia da grade curricular. Afinal, existem outras ciências, e bem mais eficientes no sentido da reprodução do **status quo**. Porém, essa não é a principal razão; em verdade, no momento em que a Geografia – Geografia (s) Crítica (s), como denominamos – iniciou um trabalho pedagógico privilegiado à formação de cidadãos críticos, comprometidos com justiça social, democracia, condições ambientais favoráveis à qualidade de vida inclusive para aquela população que

produz o progresso material (mas dele não se beneficia), é que ela deixou de ser interessante ao Estado!

Isso deixa claro que, ao afastar-se do paradigma tradicional, e ao aproximar-se do político tal qual o definimos anteriormente, a Geografia contribui para explicar as complexas transformações que estamos vivendo, e que estão modificando a cartografia do espaço geográfico mundial numa velocidade que desconhecíamos, de forma que o seu papel na instituição escola deixa de ser o de mera reprodução de uma ordem que a História já mostrou ultrapassada.

Sem dúvida alguma, se persistirmos nesse paradigma, que embasou (e escamoteou) com perfeição a ideologia do nacionalismo patriótico, a Geografia será substituída por outras ciências mais “sintonizadas” com a reprodução do **status quo**.

Contudo, os impasses que a sociedade contemporânea vive e precisa enfrentar, traduzidos espacialmente nas mais diferentes escalas, apontam para a necessidade, imperiosa e urgente, de superação da Geografia Tradicional, para o que esboçamos apenas alguns “caminhos” nesse texto, mas que acreditamos muito profícuos particularmente na sala de aula, onde livros e outros materiais didáticos elaborados e empregados para trabalhar conteúdos programáticos sob orientação metodológica cujo principal objetivo é a compreensão da realidade de nosso mundo tendo em vista a emancipação da sociedade humana, podem eliminar tal paradigma, ao mesmo tempo que conduzem os alunos, agora encarados como **cosujeitos** do processo ensino-aprendizagem, a realizarem o trabalho de pensar o novo, a construir a espacialidade do político que se “desenha” fora das garras do poder autoritário (totalitário, em alguns casos) do Estado.